

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E  
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Período findo em 30 de setembro de 2018 e  
31 de dezembro de 2017**

## Conteúdo

Comentário de Desempenho

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do terceiro trimestre de 2018, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes e das Demonstrações Financeiras.

**Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:**

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe I.

Maior conversão de dívida em participação da história do país, via solução inovadora com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização financeira da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas conversíveis com integralização por créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Efetuamos a reclassificação contábil, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis, e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238 milhões.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A Inepar e suas empresas controladas continuam se dedicando a aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial, tendo alcançado significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários, bem como na redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa, a saber:

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis, permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

A empresa está em 2018 efetuando uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base na sumula vinculante nº 08.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

- Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, através de leilão judicial no valor de R\$ 151,7 milhões. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da dívida da Inepar junto ao BNDES decorrente do Contrato de Confissão e Reescalonamento de Dívida nº 15.2.0249.1, e também para propiciar um perdão do subcrédito "B" deste contrato.

Com relação ao contrato acima mencionado, firmado junto ao BNDES, ainda resta um saldo devedor no montante de R\$ 335 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3% a.a.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

A Administração da Inepar está em contato permanente com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

- Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A. Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

- Foi assinado em dezembro de 2017, acordo com a Gerdau S/A, por conta da venda das ações da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ocorrido em 2002. Com os recursos obtidos a Inepar efetuou prioritariamente os pagamentos dos salários dos funcionários ativos, bem como daqueles relacionado no Plano de Recuperação Judicial.

- Em 21 de maio de 2018, foi realizado o leilão da UPI que compreende os seguintes ativos descritos no Plano de Recuperação Judicial:

- 1 - Alienação de parte da UPI IPM que compreende apenas os ativos referentes à hidro geração, com as máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.
- 2 - Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta, e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara será desmembrada em partes, na forma de na forma de condomínio industrial.
- 3 - De acordo com a proposta apresentada pela Andritz Hydro Ltda.,o preço de aquisição para a UPI foi de R\$ 115 milhões, sendo (i) R\$ 20 milhões, relativos aos ativos que compõem a UPI IPM referentes à hidro geração; e (ii) R\$ 95 milhões relativos à fração dos imóveis que compõem a planta de Araraquara.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

- 4 - O percentual de 49% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, deverá ser utilizado para o pagamento das Debêntures permutáveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.
- 5 - O percentual de 51% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara deverá ser utilizado para o pagamento das obrigações do Grupo Inepar.
- 6 - Em 05 de novembro de 2018 foi expedida Carta de Arrematação a favor da Andritz Hydro Ltda comprovando a arrematação Livre de ônus.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada tem também como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

Conforme Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2018, a Inepar concluiu a subscrição e escrituração da totalidade das ações e das debêntures da 6ª e 7ª emissões, cuja emissão foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 25 de novembro de 2015, para pagamento dos credores quirografários em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, no montante de R\$ 1.155 milhões.

A Inepar informa também que dará início aos procedimentos à emissão de ações e a 8ª e 9ª emissões de debêntures aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 93.8 milhões.

Em 29 de outubro de 2018 a Inepar informa que foi homologado o aumento de capital da Companhia no total de R\$ 937 mil, mediante a emissão de 13.237 ações ordinárias.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

Em 05 de novembro de 2018, foi homologado acordo judicial trabalhista com aproximadamente 1,5 mil funcionários, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, que envolverá o pagamento de R\$ 65 milhões. Estes pagamentos de créditos trabalhistas são oriundos dos recursos obtidos pela venda da UPI de Hidro Geração arrematada pela Andritz.

Neste contexto, a Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização.

É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privado.

No curto prazo a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui "ativos non-core" que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo, para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.
- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com a integralização de ativos financeiros em fase final de negociações. Estes créditos serão utilizados principalmente para a liquidação de passivos junto aos bancos credores.
- Acordo com bancos para liquidação da nossa dívida, com o repasse de bens que não fazem parte "non-core" da empresa.
- Arbitragem para ressarcimento de diversos valores envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas e que estavam sendo fabricados no município de Charqueadas.
- Fechamento de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo utilizado neste acordo o imóvel localizado do Município de Magé.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

A empresa está empenhada em atender as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a sua saída da Recuperação Judicial.

Ainda, conforme Fato Relevante divulgado em 19 de julho de 2018, a Inepar comunicou aos seus acionistas e ao mercado que vem mantendo tratativas há aproximadamente 6 (seis) meses com a Geoterra Empreendimentos e Transportes S.A., inscrita no CNPJ nº 07.788.339/000143, para venda de ativos da UPI IPM e da UPI IOG, bem como da Planta de Araraquara, que seriam de extrema importância para a implementação do projeto dos investidores na Geoterra. A operação é desenhada por um fundo de investidores internacionais e brasileiros que estariam investindo na Geoterra para a aquisição dos ativos do Grupo Inepar, investidores esses de reconhecimento internacional na sua área de atuação.

Neste momento, aguarda-se a elaboração e publicação do Edital UPI dos ativos remanescentes da UPI IPM e da UPI IOG, bem como da fração remanescente da Planta de Araraquara/SP, para que a Geoterra possa participar do Processo Competitivo, com eventuais terceiros interessados, tudo conforme determinado no Plano de Recuperação homologado.

Ressaltamos, que em razão de acordo de confidencialidade celebrado entre a Geoterra e seus investidores, toda e qualquer informações sobre suas operações somente serão apresentadas durante o Processo Competitivo, nos termos e condições do Edital da Concorrência.

Todas as ações acima mencionadas irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação Judicial.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30**  
**DE SETEMBRO DE 2018**

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 30/09/2018 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao terceiro trimestre de 2018 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

6<::8<8 0 FYP Hgydu#Frq

**ENET - EMPRESAS.NET**

Hqylr#gh#Grfxp hqwr

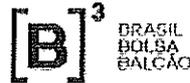
Grfxp hqwr#Hgyldgrv

R xwrdv#Exqf#rqqd#gghv

(frmCancelarDocumento.aspx)

A- A+

**Protocolo**



R #gr fxp hqwr #ir #hquh#j#x#h#sdud#FYP #h#S6

Hp s#hvd

F#g#lj#r#FYP =

33 : 8<08

Qrp h

IQHSDU#ND#QG#H#FRQVWUXFRHV

Iqirup d#i^hv#Nup hvw#d#v#H#HU

Surw#fra#gh#U#h#he#p hqwr =

33 : 8<8IWU633<534 ; 34333 : <6340 ; ;

W#r#gh#D#u#x#yr =

Iqirup d#i^hv#Nup hvw#d#v

Y#h#v#lr =

4

G#d#d#gh#H#h#h#u#q#f#H =

6323<2534 ;

G#d#d#gh#H#q#h#j#d =

472442534 ; #1 : =84

**\*\*Atenção:** A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!

**Imprimir**

## **Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias trimestrais individuais e consolidadas**

Aos:

Acionistas e Administradores da

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

São Paulo - SP

### **1. Introdução**

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias trimestrais da Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao 3º trimestre do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2018, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o 3º trimestre do período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias trimestrais individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

### **2. Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **3. Base para conclusão com modificação (valores em R\$ mil)**

**Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-IESA Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial** - A Companhia possui registrado diretamente no grupo de contas dos ativos consolidados imobilizados e intangíveis, respectivamente R\$137.618 e R\$18.344 em 30 de setembro de 2018, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados pela controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas limitações nos impedem de concluir quanto à necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 30 de setembro de 2018 nas rubricas de investimentos e dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas respectivamente.

### **4. Conclusão sobre as Informações financeiras trimestrais intermediárias**

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do parágrafo "base para conclusão com modificação", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **5. Ênfases (valores em R\$ mil)**

Apresentamos logo abaixo, as seguintes ênfases, cujos assuntos descritos não contém uma modificação em nosso relatório de revisão:

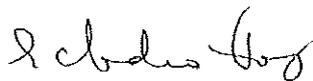
- (I) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e outras empresas do Grupo Empresarial Inepar do qual faz parte, encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso habitual de suas atividades. A Companhia apresentou no consolidado e no individual, respectivamente em 30 de setembro de 2018, prejuízo no período de R\$107.008 e R\$103.094, passivo a descoberto de R\$1.382.430 e R\$1.343.862 e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$1.643.319 e R\$746.170. Além disso, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

- (II) Cancelamento de contrato de fornecimento pela controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial para o cliente Tupi BV/Petrobras** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo pela controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados no consolidado nas rubricas, respectivamente contas a receber-R\$117.545, estoques-R\$181.431 e provisão (passiva) para custos a incorrer-R\$292.139 e adiantamentos sobre encomendas, no montante de R\$83.340. A realização financeira desses ativos e passivos dependerá do resultado desse processo de arbitragem.

## 6. Outros assuntos

- (i) Demonstrações do Valor Adicionado - Revisamos**, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao 3º trimestre do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de novembro de 2018.



Luiz Claudio Fontes  
Contador CRC 1RJ-032.470/0-9 "T" PR "S" - SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples  
CRC 2SP-030.002/0-7



RSM

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

**Balancos patrimoniais**  
**30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	89	99	2.113	3.569
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.604	9.522	239.895	206.538
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	-	8.642	18.066
Títulos e valores mobiliários	7	32.782	32.782	32.797	32.797
Estoques	8	-	-	177.489	190.928
Títulos a receber	9	-	-	4.142	4.160
Créditos de impostos	10	8.791	8.670	18.413	19.118
Dividendos a receber		-	-	64	64
Despesas antecipadas		-	-	277	311
Outros créditos	11	7.698	10.295	19.976	31.407
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>58.964</b>	<b>61.368</b>	<b>503.808</b>	<b>506.958</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	35.917	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	323.300	368.503	80.714	83.060
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos de impostos	10	33.131	33.575	75.477	76.518
Depósitos judiciais		10.610	10.542	65.503	65.440
Outros créditos	11	5.241	7.514	11.583	16.220
Investimentos	12	477.468	480.061	266.013	258.748
Imobilizado	13	126.096	129.247	335.048	345.995
Intangível	14	391.513	391.513	409.857	411.882
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.375.615</b>	<b>1.429.211</b>	<b>1.288.368</b>	<b>1.302.036</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.434.579</b>	<b>1.490.579</b>	<b>1.792.176</b>	<b>1.808.994</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balanços patrimoniais

30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		22.635	22.402	107.333	113.547
Financiamentos e empréstimos	15	101.017	132.431	224.244	236.021
Debêntures	16	113.708	129.626	113.708	129.626
Salários e encargos sociais		29.539	27.385	392.533	360.008
Impostos e contribuições a recolher	17	357.809	340.881	581.617	541.795
Dividendos propostos		2.985	4.231	3.009	4.255
Provisão de custos e encargos	18	-	-	298.950	315.726
Adiantamentos de clientes	19	-	-	197.825	154.425
Títulos a pagar		36.055	33.852	36.055	33.990
Outras contas a pagar	24	141.386	131.333	191.853	185.014
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>805.134</b>	<b>822.141</b>	<b>2.147.127</b>	<b>2.074.407</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Financiamentos e empréstimos	15	262.796	264.728	284.213	284.886
Salários e encargos sociais		-	-	17.971	18.022
Impostos e contribuições a recolher	17	228.560	234.280	359.870	372.853
Partes relacionadas	21	358.630	358.124	59.258	29.018
Impostos diferidos	20.1	32.130	32.953	105.933	107.615
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	57.535	57.535	186.568	186.568
Provisão para passivo a descoberto	23	1.022.169	955.671	1.260	1.260
Outras contas a pagar	24	9.184	11.426	10.103	15.912
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.973.307</b>	<b>1.917.020</b>	<b>1.027.479</b>	<b>1.018.437</b>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>					
<b>Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)</b>					
Capital social	25	407.299	407.299	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação		32.407	33.270	32.407	33.270
Debêntures perpétuas		247.861	247.861	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter		238.097	238.097	238.097	238.097
Prejuízos acumulados		(3.218.995)	(3.121.986)	(3.218.995)	(3.121.986)
Ajuste de avaliação patrimonial		797.270	794.678	797.270	794.678
		<b>(1.343.862)</b>	<b>(1.248.582)</b>	<b>(1.343.862)</b>	<b>(1.248.582)</b>
<b>Participação dos minoritários</b>					
		-	-	(38.568)	(35.268)
<b>Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>(1.343.862)</b>	<b>(1.248.582)</b>	<b>(1.382.430)</b>	<b>(1.283.850)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>1.434.579</b>	<b>1.490.579</b>	<b>1.792.176</b>	<b>1.808.994</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J. M.F.- Nº 76.627.504/0001-06

**Demonstrações de resultados**  
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>Receita operacional líquida</b>	27	-	-	34.169	30.539
Custos dos produtos e serviços		-	-	(11.882)	(42.230)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	22.287	(11.691)
<b>Receitas [despesas] operacionais</b>		(83.829)	(87.765)	(67.195)	(30.466)
Despesas com vendas		-	(19)	(3.146)	(3.597)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes		-	-	1.332	(176)
Administrativas e gerais		(11.100)	(10.602)	(39.306)	(42.748)
Provisões para contingências		-	-	-	12.995
Outras receitas e despesas operacionais		4.176	6.057	(24.992)	3.543
Resultado da equivalência patrimonial	12	(76.905)	(83.201)	(1.083)	(483)
<b>Resultado operacional</b>		(83.829)	(87.765)	(44.908)	(42.157)
Despesas financeiras	28	(22.519)	(61.096)	(290.925)	(113.197)
Receitas financeiras	28	2.876	525	228.102	3.684
<b>Resultado antes do imposto de renda</b>		(103.472)	(148.336)	(107.731)	(151.670)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	20.2	-	-	-	230
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	20.2	378	246	723	1.133
<b>Prejuízo do período</b>		<u>(103.094)</u>	<u>(148.090)</u>	<u>(107.008)</u>	<u>(150.307)</u>
<b>Atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores				(103.094)	(148.090)
Participação dos acionistas não controladores				(3.914)	(2.217)
				<u>(107.008)</u>	<u>(150.307)</u>
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		3.181.221	3.181.221		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		<u>3.158.807</u>	<u>3.158.807</u>		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(15.494,21)	(22.256,66)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		<u>(17.043,63)</u>	<u>(24.482,32)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

C.N.P.J. - M.F. - Nº 76.627.504/0001-06

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
período findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Capital Social	(-) Custos com Subscrição de ações	Reserva de Capital	Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debituras Perpétuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Pat.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
						Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP				
Em 31 de dezembro de 2016	407.239	155.272	(2.814.483)	247.961	238.097	34.469	68.423	734.080	(937.955)	(30.403)	(967.453)
Prejuízo de Exercício			(316.170)						(316.170)	(4.994)	(321.064)
Ajuste patrimonial Reflexo do Investida (CBD)			4.395						4.395		4.395
Ganhos/Perdas do Capital e Coligadas								248	248		248
Ajuste Convencido e Coligada no Exterior										34	34
Outros Resultados Abrangentes											282
Resultado Abrangente Total									(311.527)	(4.360)	(315.887)
Realização da Reserva Reavaliação			1.199				(1.199)				
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado			3.073				(3.073)				
Em 31 de dezembro de 2017	407.239	155.272	(3.121.986)	247.961	238.097	33.270	68.350	734.328	(1.268.682)	(35.288)	(1.283.860)
Prejuízo do Período			(103.094)						(103.094)	(3.914)	(107.008)
Ajuste patrimonial Reflexo do Investida (CBD)			3.297						3.297		3.297
Ganhos/Perdas do Capital e Coligadas								4.517	4.517		4.517
Ajuste Convencido e Coligada no Exterior										514	514
Outros Resultados Abrangentes											5.131
Resultado Abrangente Total									(92.280)	(3.390)	(95.670)
Realização da Reserva Reavaliação			863				(863)				
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado			1.925				(1.925)				
Em 30 de setembro de 2018	407.239	155.272	(3.215.959)	247.961	238.097	32.407	56.425	736.845	(1.343.852)	(35.563)	(1.332.430)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>(103.094)</b>	<b>(148.090)</b>
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( CBD )	3.297	(645)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	4.517	3.297
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	614	(89)
Participação dos Minoritários	(3.914)	(2.217)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(98.580)</b>	<b>(147.744)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado do período</b>	<b>(103.094)</b>	<b>(148.090)</b>	<b>(103.094)</b>	<b>(148.090)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.151	3.156	12.685	12.950
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	-	377	2.077
Equivalência patrimonial	76.905	83.201	1.083	483
Participação de acionistas minoritários	-	-	3.914	2.217
Variações monetárias e cambiais	(6.964)	24.481	4.496	33.156
Impostos diferidos	-	-	-	-
Provisões (Reversões)	-	-	(16.776)	(21.318)
<b>Resultado do período ajustado</b>	<b>(30.002)</b>	<b>(37.252)</b>	<b>(97.316)</b>	<b>(118.525)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>				
Contas a receber de Clientes	6	716	2.265	(3.979)
Estoques	-	-	(6.180)	20.025
Títulos a receber	-	-	-	(85)
Créditos de impostos	216	664	(1.823)	1.684
Despesas antecipadas	-	-	34	68
Outros créditos	4.421	2.184	5.938	2.933
	<b>4.843</b>	<b>3.564</b>	<b>234</b>	<b>20.646</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	233	1.923	(6.214)	12.297
Salários e encargos sociais	2.154	5.276	32.474	47.242
Impostos e contribuições a recolher	11.208	29.292	26.839	49.612
Provisão para impostos diferidos	(823)	(710)	(1.682)	(2.944)
Adiantamentos de clientes	-	1.240	43.400	(8.124)
Títulos a pagar	2.203	1.671	2.065	1.671
Outras contas a pagar	7.811	43	(6.184)	(3.656)
	<b>22.766</b>	<b>38.735</b>	<b>90.698</b>	<b>96.098</b>
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(2.173)</b>	<b>5.025</b>	<b>692</b>	<b>1.827</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	-	117
Ganho sobre participações	-	-	(616)	89
Aquisições Imobilizados e Intangíveis	-	-	(8)	(739)
Operações de mútuos com empresas ligadas	45.203	(4.617)	2.346	(4.625)
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>45.203</b>	<b>(4.617)</b>	<b>1.722</b>	<b>(5.158)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.246)	-	(1.246)	-
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	10.943	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(42.300)	-	(43.607)	(19)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	-	(1)
Operações de mútuos com empresas ligadas	508	(199)	30.240	2.880
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(43.040)</b>	<b>(199)</b>	<b>(3.870)</b>	<b>2.860</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(10)</b>	<b>209</b>	<b>(1.456)</b>	<b>(471)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	99	98	3.569	1.660
Saldo final do caixa e equivalentes	89	307	2.113	1.189
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(10)</b>	<b>209</b>	<b>(1.456)</b>	<b>(471)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

**Demonstrações do valor adicionado**  
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>RECEITAS</b>	-	-	41.481	32.522
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	39.967	33.963
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.885	(176)
Outras Receitas / Despesas	-	-	(371)	(1.265)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	989	5.065	(44.397)	(29.322)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(7.235)	(2.252)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	989	5.065	(37.162)	(27.070)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	989	5.065	(2.916)	3.200
Depreciação e Amortização	(3.151)	(3.156)	(12.685)	(12.950)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(2.162)</b>	<b>1.909</b>	<b>(15.601)</b>	<b>(9.750)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(74.029)</b>	<b>(82.676)</b>	<b>227.019</b>	<b>3.201</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(76.905)	(83.201)	(1.083)	(483)
Receitas Financeiras	2.876	525	228.102	3.684
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(76.191)</b>	<b>(80.767)</b>	<b>211.418</b>	<b>(6.549)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL</b>	<b>3.919</b>	<b>3.870</b>	<b>17.931</b>	<b>22.650</b>
Salários e encargos	3.919	3.215	11.972	14.510
Benefícios	-	543	4.416	6.045
FGTS	-	112	1.543	2.095
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>268</b>	<b>2.226</b>	<b>8.942</b>	<b>7.104</b>
Federais	268	2.226	7.291	6.973
Estaduais	-	-	1.586	(185)
Municipais	-	-	65	296
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>22.716</b>	<b>61.227</b>	<b>291.553</b>	<b>114.004</b>
Juros	22.519	61.096	290.925	113.197
Aluguéis	197	131	628	807
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>(103.094)</b>	<b>(148.090)</b>	<b>(107.008)</b>	<b>(150.307)</b>
Prejuízo do período	(103.094)	(148.090)	(103.094)	(148.090)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(3.914)	(2.217)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>(76.191)</b>	<b>(80.767)</b>	<b>211.418</b>	<b>(6.549)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Nota 1 - Contexto operacional**

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

### **Processo global da reestruturação e recuperação judicial**

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a)** Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.;
- b)** Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE;

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c)** Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios; e
- d)** Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

As empresas Inepar já honraram com aproximadamente 83% dos compromissos assumidos no Plano de Recuperação na ordem de R\$ 1,9 bilhões, restando R\$ 322,0 milhões sendo que R\$ 53,0 milhões estão vencidos e a vencer no ano de 2018.

Conforme o Plano de Recuperação Judicial, os ativos das empresas Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões (base novembro de 2014).

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 237.520 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir em 2015 ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Ilesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.;
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.;
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE;
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.);
- Venda da participação acionária da Ilesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

Estas monetizações de ativos "non-core" como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Inepar S.A. Indústria e Construções celebrou em 21 de novembro de 2016 contrato de prestação de serviços de escrituração com o Banco Petró S.A., para atuar como escriturador e banco liquidante das debêntures, sendo que o referido banco realizou a entrega das debêntures aos credores quirografários que optaram por converter os seus créditos em debêntures, nos termos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e aos acionistas que exerceram o direito de preferência para subscrição das debêntures.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos "non-core", o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para a concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé;
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

O Leilão previsto inicialmente para ser realizado em 13 de abril de 2018, foi por decisão do Sr. Juiz responsável pela RJ transferido para o dia 21 de maio de 2018.

O leilão foi realizado nesta data tendo a Andritz Hydro declarada a vencedora.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme fato relevante publicado pela Inepar em 24 de maio de 2018, foi realizado em 21 de maio de 2018, o leilão da UPI que compreende os seguintes ativos descritos no Plano de Recuperação Judicial:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas relativos à hidro geração, que estão descritos no edital do leilão.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara será desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

De acordo com a proposta apresentada pela Andritz Hydro Ltda., o preço de aquisição proposto para a UPI IPM foi de R\$ 115 milhões.

O percentual de 49% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, deverá ser utilizado para pagamento das Debêntures permutáveis, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

O percentual de 51% do preço da UPI, dos ativos referentes à hidro geração, acrescido de 100% do preço da fração da planta de Araraquara deverá ser utilizado para pagamento das obrigações do Grupo Inepar.

Ressaltamos ainda que o leilão da UPI acima informada tem como objetivo utilizar os recursos para viabilizar a saída da empresa do processo de recuperação judicial e o compromisso de quitação e prioridade de verbas trabalhistas.

- Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV;
- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores;
- Fechamentos de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo parte de pagamentos em reais e parte em bens (Imóvel de Magé).

A empresa está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Nota 2 - Bases de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

#### **a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

#### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 09 de novembro de 2018.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas**

#### **3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

#### **3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### **3.3. Compensações entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.4. Conversões em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

### **3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

### **3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

### **3.7 Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para "*impairment*" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.8. Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.9. Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.10. Imobilizado**

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.11. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

### **3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **3.13 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.14 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

### **3.17. Arrendamentos mercantis**

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto. Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

### **3.18. Participações nos Lucros e Resultados**

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

### **3.19. Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1)** Identificação do contrato com o cliente;
- 2)** Identificação das obrigações de desempenho;
- 3)** Determinação do preço da transação;
- 4)** Alocação do preço às obrigações de desempenho; e
- 5)** Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando ou à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a Companhia efetuou os estudos sobre a aplicação desta norma e constatou que não houve impactos em lucros acumulados.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

### **3.21. Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "*impairment*" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

### **3.23. - Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia**

#### **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia realizou avaliações por meio de verificação do modelo de negócios adotado para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecida pela IAS 39/CPC 38.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com cliente**

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

**Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

**Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

**Passo 3:** Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

**Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

**Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3.24. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor**

Foi aprovado e emitida a nova normas pelo IASB e CPC, a qual ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia.

#### **(I) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil**

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Nota 4 - Instrumentos financeiros**

- a) Considerações gerais** - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada;
- b) Valor de mercado** - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

### **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:**

#### **Risco de crédito**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

#### **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

#### **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

#### **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

#### **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Análise de Sensibilidade

#### Exposição Cambial - Consolidado

A Companhia e suas controladas apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, a fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
	30/09/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Passivos</b>				
Dívida Bancária	41.813	45.994	50.176	54.357
Exposição Líquida - R\$ Mil	41.813	45.994	50.176	54.357
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.443	10.443	10.443	10.443
Taxa Dólar	4,00	4,40	4,80	5,21

**Cenário I:** Variação de 10% na taxa do dólar

**Cenário II:** Variação de 20% na taxa do dólar

**Cenário III:** Variação de 30% na taxa do dólar

#### Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10.443 milhões, conforme quadro acima.

#### Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

#### Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	11	-	11	Fornecedores	22.402	22.402
Aplicações financeiras	88	-	88	Empréstimos e financiam.	132.431	132.431
Contas a receber	-	9.522	9.522	Debêntures	129.626	129.626
Títulos valores mobiliários	-	32.782	32.782	Títulos a pagar	33.852	33.852
Outros créditos	-	10.295	10.295	Outras contas a pagar	131.333	131.333
<b>Total circulante</b>	<b>99</b>	<b>52.599</b>	<b>52.698</b>	<b>Total circulante</b>	<b>449.644</b>	<b>449.644</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	264.728	264.728
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	11.426	11.426
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.256</b>	<b>8.256</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>276.154</b>	<b>276.154</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>99</b>	<b>60.855</b>	<b>60.954</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>725.798</b>	<b>725.798</b>

Ativos financeiros em 30 de setembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 30 de setembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras	89	-	89	Fornecedores	22.635	22.635
Contas a receber	-	9.604	9.604	Empréstimos e financiam.	101.017	101.017
Títulos valores mobiliários	-	32.782	32.782	Debêntures	113.708	113.708
Outros créditos	-	7.698	7.698	Títulos a pagar	36.055	36.055
<b>Total circulante</b>	<b>89</b>	<b>50.084</b>	<b>50.173</b>	<b>Total circulante</b>	<b>414.801</b>	<b>414.801</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	262.796	262.796
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	9.184	9.184
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.256</b>	<b>8.256</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>271.980</b>	<b>271.980</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>89</b>	<b>58.340</b>	<b>58.429</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>686.781</b>	<b>686.781</b>

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	3.281	-	3.281	Fornecedores	113.547	113.547
Aplicações financeiras	288	-	288	Empréstimos e financiam.	236.021	236.021
Contas a receber	-	224.604	224.604	Debêntures	129.626	129.626
Títulos valores mobiliários	-	32.797	32.797	Títulos a pagar	33.990	33.990
Títulos a receber	-	4.160	4.160	Outras contas a pagar	185.014	185.014
Outros créditos	-	31.407	31.407			
<b>Total circulante</b>	<b>3.569</b>	<b>292.968</b>	<b>296.537</b>	<b>Total circulante</b>	<b>698.198</b>	<b>698.198</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	36.399	36.399	Empréstimos e financiam.	284.886	284.886
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	15.912	15.912
Outros créditos	-	16.220	16.220			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>60.393</b>	<b>60.393</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>300.798</b>	<b>300.798</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.569</b>	<b>353.361</b>	<b>356.930</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>998.996</b>	<b>998.996</b>

Ativos financeiros em 30 de setembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30 de setembro de 2018 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	1.814	-	1.814	Fornecedores	107.333	107.333
Aplicações financeiras	299	-	299	Empréstimos e financiam.	224.244	224.244
Contas a receber	-	248.537	248.537	Debêntures	113.708	113.708
Títulos valores mobiliários	-	32.797	32.797	Títulos a pagar	36.055	36.055
Títulos a receber	-	4.142	4.142	Outras contas a pagar	191.853	191.853
Outros créditos	-	19.976	19.976			
<b>Total circulante</b>	<b>2.113</b>	<b>305.452</b>	<b>307.565</b>	<b>Total circulante</b>	<b>673.193</b>	<b>673.193</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	-	36.399	36.399	Empréstimos e financiam.	284.213	284.213
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	10.103	10.103
Outros créditos	-	11.583	11.583			
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>55.756</b>	<b>55.756</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>294.316</b>	<b>294.316</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.113</b>	<b>361.208</b>	<b>363.321</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>967.509</b>	<b>967.509</b>

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	-	11	1.814	3.281
Aplicação financeira	89	88	299	288
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>89</b>	<b>99</b>	<b>2.113</b>	<b>3.569</b>

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### Nota 6 - Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Clientes interno	23.566	23.484	342.766	311.012
Clientes externo	-	-	3.784	3.696
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(13.480)	(13.480)	(61.614)	(53.705)
	<b>10.086</b>	<b>10.004</b>	<b>284.936</b>	<b>261.003</b>
Circulante	9.604	9.522	248.537	224.604
Não circulante	482	482	36.399	36.399

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

### Nota 7 - Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Outras Aplicações e Títulos	32.782	32.782	32.797	32.797
	<b>32.782</b>	<b>32.782</b>	<b>32.797</b>	<b>32.797</b>
Circulante	32.782	32.782	32.797	32.797

Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 8 - Estoques

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Produtos em elaboração	3.302	24
Insumos e materiais	106.082	122.945
Adiantamentos a fornecedores	30.262	29.343
Importações em andamento	37.843	38.616
	<u>177.489</u>	<u>190.928</u>

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

### Nota 9 - Títulos a receber

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial e das controladas IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Debêntures 1ª emissão CBD	-	-	4.142	4.160
	<u>7.774</u>	<u>7.774</u>	<u>11.916</u>	<u>11.934</u>
Circulante	-	-	4.142	4.160
Não circulante	7.774	7.774	7.774	7.774

- a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 10 - Créditos de impostos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
IR/CSLL retido na fonte	-	-	-	1.842
Impostos e contribuições a compensar	448	448	2.269	448
ICMS a recuperar	53	53	3.650	4.252
IPI a recuperar	974	974	1.211	1.174
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	775	1.032
Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b)	-	-	2.750	2.717
Impostos e contribuições retidos na fonte	11	11	1.387	11
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a)	24.175	24.503	53.016	56.461
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a)	8.703	8.821	19.086	16.601
Demais créditos (c)	7.558	7.435	9.746	11.098
	<b>41.922</b>	<b>42.245</b>	<b>93.890</b>	<b>95.636</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.791</b>	<b>8.670</b>	<b>18.413</b>	<b>19.118</b>
<b>Não circulante</b>	<b>33.131</b>	<b>33.575</b>	<b>75.477</b>	<b>76.518</b>

- a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo;
- b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos;
- c) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

### Nota 11 - Outros créditos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Adiantamento a Empregados	51	58	867	1.042
Créditos com empresas constituídas em SCP (a)	-	-	-	8.847
Adiantamento a Fornecedores	2.181	1.680	3.658	2.448
Notas de débitos a Emitir / Receber	-	-	2.025	1.546
Valores a Receber - venda participação TIISA (b)	-	-	9.421	11.785
Gerdau S/A (c)	10.158	15.578	10.158	15.578
Outros	549	493	5.430	6.381
<b>Total</b>	<b>12.939</b>	<b>17.809</b>	<b>31.559</b>	<b>47.627</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.698</b>	<b>10.295</b>	<b>19.976</b>	<b>31.407</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.241</b>	<b>7.514</b>	<b>11.583</b>	<b>16.220</b>

- a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação)IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS);



## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial apresentar Passivo a Descoberto em 30 de setembro de 2018, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 23.

### **(II) Companhia Brasileira de Diques S.A.**

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

### **(III) Penta Participações e Investimentos Ltda.**

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT. Em 11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

### **b) Propriedade para Investimentos**

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

### **c) Outros Investimentos**

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 13 - Imobilizado

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>								
Cusb	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.990	251.136
Depreciação Acumulada	-	(92.264)	(22.785)	(9)	(5.060)	(6)	(1.765)	(121.889)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>20.129</b>	<b>105.551</b>	<b>868</b>	<b>12</b>	<b>455</b>	<b>7</b>	<b>2.225</b>	<b>129.247</b>
Depreciação	-	(3.000)	(132)	(1)	(18)	-	-	(3.151)
<b>Saldo Final</b>	<b>20.129</b>	<b>102.551</b>	<b>736</b>	<b>11</b>	<b>437</b>	<b>7</b>	<b>2.225</b>	<b>126.096</b>
<b>Em 30 de Setembro de 2018</b>								
Cusb	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.990	251.136
Depreciação Acumulada	-	(95.264)	(22.917)	(10)	(5.078)	(6)	(1.765)	(125.040)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>20.129</b>	<b>102.551</b>	<b>736</b>	<b>11</b>	<b>437</b>	<b>7</b>	<b>2.225</b>	<b>126.096</b>
<b>Consolidado</b>								
Taxas anuais de depreciação	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outras Imobilizações	
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>								
Cusb	29.741	233.446	202.669	6.802	13.670	17.709	80.894	584.932
Depreciação Acumulada	-	(99.553)	(113.515)	(5.268)	(6.019)	(12.816)	(1.767)	(238.938)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>29.741</b>	<b>133.893</b>	<b>89.154</b>	<b>1.534</b>	<b>7.651</b>	<b>4.893</b>	<b>79.127</b>	<b>345.995</b>
Adições	-	-	8	-	-	-	-	8
Baixas	-	-	(493)	(4)	-	-	-	(497)
Depreciação	-	(3.347)	(6.000)	(252)	(188)	(873)	-	(10.660)
Baixas da Depreciação	-	-	200	2	-	-	-	202
<b>Saldo Final</b>	<b>29.741</b>	<b>130.546</b>	<b>82.869</b>	<b>1.280</b>	<b>7.463</b>	<b>4.020</b>	<b>79.127</b>	<b>335.048</b>
<b>Em 30 de Setembro de 2018</b>								
Cusb	29.741	233.446	202.184	6.798	13.670	17.709	80.894	584.442
Depreciação Acumulada	-	(102.900)	(119.315)	(5.518)	(6.207)	(13.889)	(1.767)	(249.396)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>29.741</b>	<b>130.546</b>	<b>82.869</b>	<b>1.280</b>	<b>7.463</b>	<b>4.020</b>	<b>79.127</b>	<b>335.048</b>

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpret Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment".

### **Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação**

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 14 - Intangível

	Controladora		Total
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>
<b>Em 30 de Setembro de 2018</b>			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>391.513</b>	<b>391.513</b>

CONSOLIDADO	Consolidado				Total
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	0%	
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(752)	(13.892)	-	(14.891)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>185</b>	<b>20.184</b>	<b>391.513</b>	<b>411.882</b>
Amortização	-	(66)	(1.959)	-	(2.025)
<b>Em 30 de Setembro de 2018</b>					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(818)	(15.851)	-	(16.916)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>18.225</b>	<b>391.513</b>	<b>409.857</b>

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece até este exercício com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial.

No exercício anterior foi emitido novo laudo de avaliação para confirmação dos valores anteriormente informados.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 15 - Financiamentos e empréstimos

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Modalidade				
Arrendamentos Financeiros	-	-	27.160	25.914
Ativo Permanente	66.719	57.301	81.946	69.358
Capital de Giro	34.298	75.130	115.138	140.749
<b>Total Circulante</b>	<b>101.017</b>	<b>132.431</b>	<b>224.244</b>	<b>236.021</b>
<b>Não Circulante</b>				
Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Adiantamento de Câmbio	-	-	-	20.158
Ativo Permanente	262.796	264.728	284.213	264.728
<b>Total Não Circulante</b>	<b>262.796</b>	<b>264.728</b>	<b>284.213</b>	<b>284.886</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>363.813</b>	<b>397.159</b>	<b>508.457</b>	<b>520.907</b>
<b>Por Data de Vencimento</b>				
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Vencidos	62.655	64.754	176.827	155.844
Em até 12 meses	24.859	69.476	27.074	78.008
De 1 a 2 anos	24.859	27.477	38.529	32.301
De 2 a 3 anos	21.741	27.477	23.956	29.330
De 3 a 4 anos	17.510	20.127	19.726	21.980
De 4 a 5 anos	17.510	20.127	19.726	21.980
Acima de 5 anos	194.679	167.721	202.619	181.464
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>363.813</b>	<b>397.159</b>	<b>508.457</b>	<b>520.907</b>
<b>Por Tipo de Moeda</b>				
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais - R\$				
Reais - R\$	363.813	397.159	466.644	484.765
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	41.813	36.142
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>363.813</b>	<b>397.159</b>	<b>508.457</b>	<b>520.907</b>

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 4,00 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 3,32 em 31 de dezembro 2017).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Nota 16 - Debêntures (controladora)**

<b>Emissão</b>	<b>Empresa</b>	<b>Saldo 31/12/2017</b>	<b>Adições/ Baixas</b>	<b>Saldo 30/09/2018</b>
3ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	1.902	(14)	1.888
4ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.473	231	2.704
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	125.251	(16.135)	109.116
	<b>Total</b>	<b>129.626</b>	<b>(15.918)</b>	<b>113.708</b>

### **Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i)** cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii)** alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial;
- (iii)** cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de aplicações financeiras de titularidade da Companhia; e
- (iv)** fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. - em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial, as quais se obrigam solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Remuneração das Debêntures**

As debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

- **Atualização Monetária:** o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;
- **Juros Remuneratórios:** sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;
- **Prazo de Carência:** haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).
- **Data de Vencimento:** 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.
- **Amortização Programada das Debêntures:** a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 30 de setembro de 2018, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 109.116.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

A Companhia está em negociações com os debenturistas para a liquidação do saldo existente.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 17 - Impostos e contribuições a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	432.089	420.573	491.633	475.701
ICMS a recolher/Parcelamentos	40.388	43.956	66.156	68.353
INSS a recolher/Parcelamentos	4.197	4.097	58.013	58.553
PIS/COFINS Diferido	518	518	11.933	11.933
ISS a recolher/Parcelamentos	71.614	70.481	86.725	83.652
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	11.936	10.758	47.764	44.860
Impostos e Contribuições retidos na fonte	2.371	2.371	5.472	6.845
Parcelamento Refis Lei 12.996/14 (b)	17.467	16.886	151.409	146.856
Outros	5.789	5.521	22.382	19.895
	<u>586.369</u>	<u>575.161</u>	<u>941.487</u>	<u>914.648</u>
Circulante	357.809	340.881	581.617	541.795
Não Circulante	228.560	234.280	359.870	372.853

- a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.
- b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto à Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 18 - Provisão de custos e encargos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	5.336	5.337
ISS s/Receitas	-	-	744	837
Custos a Incorrer	-	-	295.173	311.855
	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>301.253</b>	<b>318.029</b>
Circulante	-	-	298.950	315.726
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$ 295.173, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada FESA Óleo & Gás - em recuperação judicial, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

### Nota 19 - Adiantamentos de clientes

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

### Nota 20 - Impostos diferidos

#### 20.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2017	33.321	33.321	16.098	17.293	(438)	32.953
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	12	12
Baixa dos Tributos	(444)	(444)	(444)	(391)	-	(835)
Em 30 de setembro de 2018	32.877	32.877	15.654	16.902	(426)	32.130

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado					
	Tributos Diferidos Passivos					
	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2017	16.098	41.997	4.749	30.874	13.897	107.615
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	12	12
Baixa dos Tributos	(444)	-	(16)	(992)	(242)	(1.694)
Em 30 de setembro de 2018	15.654	41.997	4.733	29.882	13.667	105.933

### 20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(103.472)</b>	<b>(148.336)</b>	<b>(107.731)</b>	<b>(151.670)</b>
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(99)	(94)
<b>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</b>				
Adições/Exclusões	(25.770)	(28.042)	(16.361)	(31.193)
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	26.148	28.288	17.184	32.650
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>378</b>	<b>246</b>	<b>723</b>	<b>1.363</b>
Tributos Correntes	-	-	-	230
Tributos Diferidos	378	246	723	1.133
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,37%</b>	<b>0,17%</b>	<b>-0,67%</b>	<b>-0,90%</b>

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 21 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30 de setembro de 2018 nas demonstrações financeiras da controladora:

	Ativo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	30/09/2018	31/12/2017
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	129.018	171.558
Inepar Administração e Participações S.A.	58.924	63.159
Inepar Telecomunicações S.A.	-	249
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.323	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	1.925
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	60
IESA Transportes S.A.	48.962	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	10.205	8.324
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	646
	<b>323.300</b>	<b>368.503</b>

	Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	30/09/2018	31/12/2017
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.995	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492
Cia Brasileira de Diques S.A.	414	414
Demais Empresas	729	223
	<b>358.630</b>	<b>358.124</b>

**Contas Correntes:** a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2017	Monetária	30/09/2018
<b>Empresas</b>			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	171.558	(42.540)	129.018
Inepar Administração e Participações S.A.	63.159	(4.235)	58.924
Inepar Telecomunicações S.A.	249	(249)	-
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.323	-	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	-	1.925
Penta Participações Ltda.	60	(60)	-
IESA Transportes S.A.	48.962	-	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	8.324	1.881	10.205
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	646
	<b>368.503</b>	<b>(45.203)</b>	<b>323.300</b>
<b>PASSIVO</b>			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.995	-	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492
Cia. Brasileira de Diques S.A.	414	-	414
Demais Empresas	223	506	729
	<b>358.124</b>	<b>506</b>	<b>358.630</b>

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques;
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

### Nota 22 - Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	30/09/2018		31/12/2017	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	952	31.580	952	31.580
Tributárias	673.371	22.078	673.371	22.078
Cíveis	65.493	3.748	65.493	3.748
Outras	-	129	-	129
	<b>739.816</b>	<b>57.535</b>	<b>739.816</b>	<b>57.535</b>

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Trabalhistas** - reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 31.580 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

**Tributárias** - representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, o R\$ 534.582, trata-se de valores com prescrição, de acordo com a Súmula Vinculante nº 08.

**Cíveis** - na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

### **Contrato com a Tupi BV / Petrobras**

O contrato assinado entre a IESA Óleo & Gas S.A. - em recuperação judicial e a Tupi B.V ("TUPI") em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

### **Nota 23 - Provisão para passivo a descoberto**

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante total R\$ 1.022.169 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 24 - Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Consbem Construções e Comercio Ltda.	-	-	-	2.283
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	-	2.381
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	3.648	3.383
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Participações nos lucros	-	-	4.393	4.393
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	48.437	54.531	91.782	100.258
Swiss Re Corporate (b)	9.184	14.426	9.184	14.426
Andritz Hydro (c)	89.949	70.802	89.949	70.802
	<b>150.570</b>	<b>142.759</b>	<b>201.956</b>	<b>200.926</b>
Circulante	141.386	131.333	191.853	185.014
Não circulante	9.184	11.426	10.103	15.912

- Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial;
- Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital;
- Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

### Nota 25 - Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 407.299, formado por 3.181.221 ações ordinárias e 3.156.807 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

#### b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 155.272 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital;

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

### **c) Reserva de Reavaliação**

Ativos Próprios - constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas - composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

### **d) Debêntures Perpétuas**

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 247.861 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor;
- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R 3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### e) Créditos quirografários a converter

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

### f) Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$ 797.270, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

### g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

## Nota 26 - Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	30/09/2018	30/09/2017
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(53.804)	(77.286)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(49.290)	(70.803)
	<u>(103.094)</u>	<u>(148.089)</u>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.157	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	3.181	3.181
Total	<u>6.338</u>	<u>6.338</u>
<b>Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações</b>		
Ação preferencial	(17.043,63)	(24.482,32)
Ação ordinária	(15.494,21)	(22.256,66)

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 27 - Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Vendas mercado interno	39.967	34.079
(-) Impostos sobre as Vendas	(5.798)	(3.540)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>34.169</b>	<b>30.539</b>

### Nota 28 - Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(14.377)	(28.959)	(33.411)	(64.025)
Juros / despesas bancárias	(8.114)	(32.109)	(28.283)	(53.094)
Atualizações de Mútuos Passivos	-	-	(1)	(711)
Outras despesas financeiras	-	(1)	(493)	(1.480)
Variações cambiais	(28)	(27)	(228.737)	(3.887)
	<b>(22.519)</b>	<b>(61.096)</b>	<b>(290.925)</b>	<b>(113.197)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	22	225
Receitas atualização debêntures	1.891	232	1.891	232
Juros auferidos	2	19	2	171
Variações monetárias ativas	-	-	-	38
Atualizações de Mútuos Ativos	-	-	-	412
Outras receitas financeiras	925	253	1.945	315
Variações cambiais	57	20	224.242	2.291
	<b>2.876</b>	<b>525</b>	<b>228.102</b>	<b>3.684</b>
	<b>(19.643)</b>	<b>(60.571)</b>	<b>(62.823)</b>	<b>(109.513)</b>

### Nota 29 - Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Nota 30 - Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Salários	1.202	1.102	25.697	26.319
Gastos Previdenciários	1.155	1.146	7.192	7.074
<b>Total</b>	<b>2.357</b>	<b>2.248</b>	<b>32.889</b>	<b>33.393</b>

### Nota 31 - Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração de Conselheiros	921	1.197	964	1.274
Remuneração de Diretores	852	806	5.062	5.259
<b>Total</b>	<b>1.773</b>	<b>2.003</b>	<b>6.026</b>	<b>6.533</b>

### Nota 32 - Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado	Geração / Equipamentos	Gás	Total
Receita bruta total	39.964	3	39.967
Impostos/Deduções	(5.796)	(2)	(5.798)
Custos dos Produtos e Serviços	(10.375)	(1.507)	(11.882)
<b>Total</b>	<b>23.793</b>	<b>(1.506)</b>	<b>22.287</b>

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Nota 33 - Eventos subsequentes**

A Administração da Empresa está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a)** Alienação das ações da UPI IOG;
- b)** Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c)** Alienação do imóvel situado no município de Macaé;
- d)** Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara;
- e)** Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores;
- f)** Fechamentos de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo parte de pagamentos em reais e parte em bens (imóvel de Magé);
- g)** Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data muito próxima a saída da recuperação judicial.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Conforme aviso aos acionistas a Inepar S/A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial e em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a Companhia, IESA -Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial vem mantendo tratativas há aproximadamente quatro meses com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. ("GEOTERRA") que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra, na forma de UPI (Unidade de Produção Independente), da unidade da IESA localizada em Araraquara.

## **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de outubro de 2018, a controladora Inepar S/A Indústria e Construções comunicou aos acionistas que o aumento de capital homologado pelo Conselho de Administração no valor de R\$ 937.576,00, mediante a emissão de 13.237 novas ações ordinárias, em decorrência da conversão de 937.576 debêntures da 6ª emissão, conversíveis em ações da 1ª série emitidas na forma da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 25 de novembro de 2015 e do Instrumento Particular de Escritura de emissão celebrado em 28 de dezembro de 2015. Cada debênture foi convertida, nos termos da escritura, à razão de R\$ 0,0141299865 ações ordinárias.

---

### **DIRETORIA EXECUTIVA:**

Warley Isaac Noboa Pimentel - Diretor Presidente

Jauneval de Oms - Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade - Diretor de Relações com Investidores

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Fabio Roberto Baumfeld Isaack

---

**CONTADOR:** Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6